

LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO/LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE ERP (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING), COM CAPACIDADE DE ATÉ 30 (TRINTA) ACESSOS SIMULTÂNEOS, INCLUINDO A INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONVERSÃO, TESTES, CUSTOMIZAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIAS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MENSAL, COMPREENDENDO A GESTÃO COMERCIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, ESTOQUES, COMPRAS, CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA, CONTÁBIL, FISCAL E PATRIMONIAL, ALÉM DO TREINAMENTO DE PESSOAL, QUANDO SE FIZEREM IMPRESCINDÍVEIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA MARANHÃO PARCERIAS.

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

RELATÓRIO

Cuida-se de representação do sr. VAGNER DA SILVA CAMARGO, brasileiro, contador, casado, inscrito no CPF sob o nº 105.775.457, que interpôs pedido de impugnação tempestiva ao EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2026, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO/LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE ERP (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING), COM CAPACIDADE DE ATÉ 30 (TRINTA) ACESSOS SIMULTÂNEOS, INCLUINDO A INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONVERSÃO, TESTES, CUSTOMIZAÇÃO, QUANDO NECESSÁRIAS, E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MENSAL, COMPREENDENDO A GESTÃO COMERCIAL, ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, ESTOQUES, COMPRAS, CONTROLE ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA, CONTÁBIL, FISCAL E PATRIMONIAL, ALÉM DO TREINAMENTO DE PESSOAL, QUANDO SE FIZEREM IMPRESCINDÍVEIS, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA MARANHÃO PARCERIAS**, sem prejuízo dos demais dispositivos aplicáveis.

Alega o impugnante:

Em poucas palavras, o objeto da presente impugnação se resume à necessidade de dilação dos prazos de 15 (quinze) dias previstos no edital para “conclusão da instalação e customização do software nos equipamentos a ela indicados pela CONTRATANTE”

e “concluir o treinamento de pessoal, quando for o caso, para operacionalizar o sistema”, perfazendo um prazo máximo de 30 (trinta) dias para entrega completa do objeto contratado — podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, a critério da Contratante.

Entretanto, trata-se de **prazo exíguo para cumprimento do objeto da contratação**, o que afronta diversos princípios da contratação pública, entre eles a ampla competitividade e a isonomia, colocando em risco ainda a qualidade do serviço a ser prestado à Administração Pública, pois o prazo concedido não condiz com a complexidade e a importância do objeto licitado.

Por oportuno, convém afastar a tese de prazo exíguo, uma vez que não se trata da criação de um ERP, o que justificaria dilação de prazo, mas da aquisição de uma ferramenta pronta e com *expertise* de mercado, conforme versa o item 7.4 do Termo de Referência, onde se lê:

7.4 Para fins de **Habilitação Técnica**, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.4.1 A vencedora do certame deverá fornecer atestado de capacidade técnica, com as seguintes informações:

- a) Comprovação de implantação do sistema proposto em organização pública ou privada com no mínimo 15 (quinze) funcionários;
- b) Nome do sistema e dos módulos implantado na organização;
- c) Comprovação de que a empresa vencedora é a fabricante do software ofertado, ou subsidiária brasileira do fabricante ou credenciada por subsidiária brasileira desde que com anuência expressa do fabricante;
- d) Caso a empresa vencedora não seja a fabricante, deverá apresentar declaração emitida pelo fabricante do software de que é capacitada e autorizada a prestar os serviços objeto deste Termo de Referência.

Ante ao exposto, opina-se pela **IMPROCEDÊNCIA do pedido de impugnação** ao EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 01/2026.

São Luís/MA, 20 de fevereiro de 2026

GLERISSON ARAUJO GOMES
Chefe do Departamento Contábil
Maranhão Parcerias – MAPA
Matrícula nº 875279-0